

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E PROCESSO CIVIL

MATHEUS MICK MAZUCO

**A ILICITUDE DOS JOGOS DE AZAR NO BRASIL:
ANALISANDO A LEI 9.215/46 E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

Porto Alegre

2019

MATHEUS MICK MAZUCO

**A ILICITUDE DOS JOGOS DE AZAR NO BRASIL
ANALISANDO A LEI 9.215/46 E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada ao Departamento de Direito Privado e Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lisiane Feiten Wingert
Ody

Porto Alegre
2019

MATHEUS MICK MAZUCO

**A ILICITUDE DOS JOGOS DE AZAR NO BRASIL
ANALISANDO A LEI 9.215/46 E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada ao Departamento de Direito Privado e Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Lisiane Feiten Wingert Ody
(Orientadora)

Prof^a. Dra. Tula Wesendonck

Prof^a. Dra. Simone Tassinari Cardoso Fleischmann

“Eu gosto do impossível porque lá a concorrência é menor.”

- Walt Disney

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, devo agradecer aos meus pais, por sempre me incentivarem, apoiarem e serem à base de toda minha vida, sem eles, com certeza, não estaria aqui.

Agradeço também a Deus por ter me iluminado e me fornecido forças para trilhar o caminho que estou.

Devo agradecer também a minha orientadora, pois me ajudou nessa etapa nova e sempre foi atenciosa e prestativa.

Por fim, agradeço a todos demais, amigos e família, que acreditaram em mim e me apoiaram para chegar ao final dessa jornada.

RESUMO

Os jogos de azar são uma realidade social a qual não podemos ignorar. Loterias federais ou jogos ilegais movimentam bilhões por ano. O presente trabalho terá como objetivo analisar a indústria dos jogos e apostas em nível global e nacional, com pesquisas de diversos institutos especializados, concluindo que o Decreto-Lei 9.215/66 está em desacordo com a sociedade contemporânea e precisa ser substituído por uma lei mais atualizada com o presente momento econômico-social brasileiro. O método utilizado para atingir esse objetivo é o dedutivo, através de uma pesquisa qualitativa apoiada em dados, jurisprudências, leis e documentos, além de uma análise dos projetos de leis que estão em tramitação no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Jogos de azar; Lei; Sociedade

ABSTRACT

Gambling games are a social reality one cannot ignore. Federal lotteries or illegal games move billions every year. The present paper will have as its goal to analyze the gambling industry on a global and national scale, with researches from various specialized institutes, concluding that the Decree-Law 9.215/66 is in disaccord with contemporary society and needs to be replaced with an act that is more up-to-date with the current social-economic moment of Brazil. The applied method to reach this goal is the deductive, throughout a qualitative research based on data, jurisprudences, acts and documents, in addition of an analysis of the draft laws being considered in the National Congress.

Key words: Gambling Games; Law; Society

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC – Código Civil

CEF – Caixa Econômica Federal

IJL – Instituto do Jogo Legal

LINDB – Lei de Introdução às Normas Brasileiras

PL – Projeto de Lei

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

TJRS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

WSOP – World Series of Poker

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	10
II - OS JOGOS DE AZAR EM OUTRAS JURISDIÇÕES.....	15
Capítulo 1 – Jogos na América do Sul.....	16
Capítulo 2 – Jurisdições mais relevantes.....	20
2.1 – Estados Unidos.....	20
2.1.1 – Nevada.....	22
2.1.2 – New Jersey.....	22
2.2 – Alemanha.....	23
2.3 – China.....	24
III - JOGOS NA ATUALIDADE BRASILEIRA.....	26
Capítulo 3 – A situação atual dos jogos.....	26
3.1 – Os jogos legalizados.....	27
3.2 – Jogos que estão na ilicitude.....	28
3.3 – Casos especiais.....	30
Capítulo 4 – Aspectos econômicos e sociais.....	32
4.1 – Os jogos legalizados.....	32
4.2 – Os jogos ilegais.....	34
4.3 – Projetos de Lei em tramitação.....	36
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

I - INTRODUÇÃO

Os jogos de azar são considerados uma contravenção penal no Brasil faz 73 anos¹, porém o jogo nunca realmente parou de ocorrer em nossa sociedade e, cada ano que passa, o jogo ilegal movimentava mais dinheiro sem o Estado ganhar nada com isso.

O jogo de apostas é algo enraizado já na sociedade, pois existem relatos que desde as civilizações antigas já existia a prática de jogos, tal como a civilização sumeriana². Com a evolução da humanidade, foram se desenvolvendo os jogos também, até chegar ao nível atual, com máquinas, cassinos com diversos eventos e atrações, porém mantendo a presença dos jogos antigos como dados e cartas.

Os jogos de azar, embora pareça uma ambição do povo na sociedade atual, com a expectativa de mudar de vida em uma aposta, seja no jogo legal ou ilegal, é mostrado pela história que se trata de algo presente nas civilizações de milhares de anos atrás.

No Brasil, os jogos foram introduzidos ainda na época do império, sendo os primeiros dados oficiais sobre a presença de estabelecimentos de apostas obtidos através de um levantamento preliminar realizado em junho de 1808 pelo Plano de Criação da Intendência Geral de Política da Corte e do Império, que testemunhava o início de um dos principais hobbies do povo brasileiro nos dias atuais³.

O termo “jogos de azar” foi utilizado pela primeira vez no Brasil em seu código penal de 1890⁴, além de ser apontado como contravenção penal de menor potencial ofensivo. Cabe destacar que nesse código ocorreu inovação ao ser legislado sobre as rifas e loterias⁵.

¹ Brasil completa hoje 73 anos de fechamentos dos cassinos. **BNLData**, Brasil, 30 abr. 2019. Disponível em: <<http://www.bnldata.com.br/brasil-completa-hoje-73-anos-de-fechamento-dos-cassinos/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

² Seabra, Mário; Moliterno, Sérgio. História dos Dados. Os Melhores Jogos do Mundo, 1978

³ BRANDÃO, Matos. **A Polícia e a força policial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PUC, 1981. p. 41.

⁴ Art. 369. Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reúnem pessoas, embora não paguem entrada, para jogar jogos de azar [...]. BRASIL. **Decreto N° 847 de 11 de outubro de 1890** – Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

⁵ Ibid. Capítulo II.

Em 1940 surge o novo código penal, desenvolvido durante o período do Estado Novo na época que Getúlio Vargas governava, com influências diretas do código penal italiano, com alguns traços da política autoritária de Mussolini⁶.

Após o novo código, os jogos de azar que constavam dentro do CP de 1890 no capítulo das contravenções penais, passaram a ser regidos por uma lei, a lei de contravenções penais⁷ contendo oito artigos a respeito, porém o termo continuou com uma ampla margem de interpretação, cabendo ao juiz, no caso concreto, decidir se enquadrava nos artigos do decreto-lei 3.688/41⁸.

Apesar dos jogos de azar constarem como contravenção penal após o decreto-lei 3.688/41, cassinos e outras casas de jogos continuaram operantes devido ao decreto-lei 4.866/42⁹ que excluía da lei de contravenções penais os estabelecimentos licenciados na forma do decreto-lei 241/38¹⁰.

A proibição total ocorreu após a criação do decreto-lei 9.215/46, objeto central desse estudo, e que se mantém até hoje, 73 anos depois, proibindo o funcionamento de casas de jogos em território nacional através da revogação da licença de exploração de todos os estabelecimentos que tinham como atividade principal o entretenimento por jogos. O presidente da época, que criou tal decreto, era Eurico Gaspar Dutra, e para a justificativa da proibição, logo no primeiro artigo cita os motivos:

Considerando que a repressão aos jogos de azar é um imperativo da consciência universal; (...). Considerando que a tradição moral jurídica e religiosa do povo brasileiro e contrária à prática e à exploração e jogos de azar; Considerando que, das exceções abertas à lei geral, decorreram abusos nocivos à moral e aos bons costumes¹¹.

A respeito do argumento final do trecho acima, tratando da moral e bons costumes, é necessário identificar do que se trata, pois essa parte é utilizada atualmente por membros do congresso que são contra os jogos no Brasil.

A moral e os bons costumes mudam de um país para outro, mas em suma, se tratam de regras que estabelecem condutas que estão em harmonia com o que a

⁶ FRAGOSO, Heleno Claudio. **Lições de Direito Penal**: Parte Geral. 16 ed. 2 tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2004.p.78.

⁷ BRASIL, Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro 1941.

⁸ MÉDICI, Sérgio Oliveira de. **Contravenções Penais. Doutrina; Jurisprudência; legislação; prática**. 4ª ed. São Paulo: Edipro, 1991. p.197.

⁹ Brasil, Decreto-Lei nº 4.866, de 23 de outubro de 1942.

¹⁰ Brasil, Decreto-Lei nº 241, de 4 de fevereiro de 1938.

¹¹ Brasil, Decreto-Lei Nº 9.215, de 30 de abril de 1946.

sociedade local defende como cultura moral vigente, ou seja, é o conjunto de ações que são consideradas boas para todos.

No Brasil, a moral e os bons costumes são fontes secundárias do direito, sendo aplicado depois de consultar a legislação vigente, possuindo passagem em diversos artigos do CC e da LINDB, com a lei sempre se mostrando favorável a moral e aos bons costumes em detrimento do direito individual, a ponto de tornar seu abuso ato ilícito.

Nota-se no texto do decreto, entretanto, que não é explicado de que maneira a prática dos jogos afetaria a moral e os bons costumes no Brasil, sendo assim não existe uma razão condizente com o Estado de direito de nossa sociedade atual para que se mantenha essa lei tão ultrapassada, sendo isso mais aprofundado nos próximos capítulos. Porém, além disso, muitos creditam que o presidente da época apenas editou tal decreto-lei para agradar sua esposa e primeira dama, Carmela Dutra, também conhecida como Dona Santinha, por sua devoção às causas religiosas em prol da moral e dos bons costumes, que era totalmente contra o ambiente desses locais, libidinoso e promíscuo¹².

Com a proibição dos jogos após esse decreto, apenas consequências ruins aconteceram, com empresários falindo, milhares desempregados e sem receber os seus direitos, jogadores habituais indo para outros países com jogos legalizados para apostar, além de estimular a prática ilegal do jogo (a qual se multiplicou em grandes proporções até os dias de hoje)¹³.

A próxima vez que o governo mexeu no mundo jurídico dos jogos foi através do decreto-lei 204/67, durante o governo de Castelo Branco, tal lei abordava as loterias federais, mudando algumas normas. Apenas dois anos depois, no governo de Costa e Silva, foi criado o Decreto-Lei 594/69, o qual deu origem à loteria esportiva.¹⁴

Com a publicação da lei 8.672/93, conhecida como Lei Zico, foi permitido, conforme seu artigo 57, que entidades de direção e prática desportiva, caso se

¹² WESTIN, Ricardo. Por 'moral e bons costumes', há 70 anos Dutra decretava o fim dos cassinos no Brasil. **Senado Notícias**, Brasil, 12 fev. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/12/por-201cmoral-e-bons-costumes201d-ha-70-anos-dutra-decretava-fim-dos-cassinos-no-brasil>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

¹³ BRASIL. Projeto de Lei nº 3090, de 23 de setembro de 2015.

¹⁴ ABREU, Waldyr de. O submundo do jogo de azar, prostituição e vadiagem: (aspectos jurídicos, sociais e psicológicos). 2.ed. rev. atual.e ampl. Rio de Janeiro,1984.p.44.

encaixassem nos requisitos necessários, poderiam explorar sorteios na modalidade de jogo do bicho ou similar¹⁵.

No objetivo inicial, essa lei não tinha o bingo como forma de arrecadação de recursos, pois como o foco era o desenvolvimento do esporte e arrecadação para entidades esportivas, o jogo do bingo não foi pensado inicialmente, porém foram editadas emendas posteriores que trouxeram tal possibilidade¹⁶.

Cabe destacar que a Lei Zico constava em seu artigo 43, inciso II, a previsão de um percentual sobre a arrecadação total de recursos (35% seriam destinados a atividades ou projetos relacionados com esporte).

Alguns anos depois foi publicada a lei 9.615/98, batizada de Lei Pelé, com um capítulo inteiro tratando sobre os bingos no Brasil, autorizando que fossem realizados jogos em modalidades permanentes ou eventuais, sendo considerado bingo permanente aquele que fosse realizado em uma sala própria para tal evento. A exploração do bingo, após essa lei, era tratado como serviço público de competência da União, sendo a CEF a responsável por executar os jogos, direta ou indiretamente, porém era possível que outras entidades se credenciassem junto a União, se cumprido requisitos prévios, para explorar o jogo se a finalidade fosse arrecadar recursos para crescer o desporto¹⁷.

Por fim, a última lei que surgiu tratando sobre o tema dos jogos de azar foi apenas dois anos após a publicação da lei Pelé, a lei 9.981/00 revogando todos artigos da lei anterior(9.615/98) e abolindo de vez os jogos de azar no Brasil, não ocorrendo mais nenhuma normatização federal para que fossem legalizados, voltando o decreto-lei 9.215/46 a valer para tais assuntos¹⁸.

Após apresentado esse breve resumo da história dos jogos azar no Brasil, o presente trabalho apresenta os países em que os jogos de azar possuem grande relevância, destacando os impactos que a presença dos jogos tem nas respectivas

¹⁵ Art.57. As entidades de direção e de prática desportiva filiadas a entidades de administração em, no mínimo, três modalidades olímpicas, e que comprovem, na forma da regulamentação desta lei, atividade e a participação em competições oficiais organizadas pela mesma, credenciar-se-ão na Secretaria da Fazenda da respectiva Unidade da Federação para promover reuniões destinadas a angariar recursos para o fomento do desporto, mediante sorteios da modalidade denominada Bingo, ou similar. BRASIL, Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993.

¹⁶ FILHO, Luis Carlos Prestes, **Teoria das probabilidades no jogo, na ciência e nas políticas públicas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p.87.

¹⁷ Art. 60. As entidades de administração e de prática desportiva poderão credenciar-se junto à União para explorar o jogo de bingo permanente ou eventual com a finalidade de angariar recursos para o fomento do desporto. BRASIL, Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

¹⁸ LOCATELLI, Paulo Antônio. Breve Histórico sobre os Bingos e Caça-níqueis no Brasil, 2011. p.2.

economias e os benefícios causados pela liberdade da exploração dos jogos de azar. Em seguida são apresentados os dados atuais, tanto econômicos como sociais, dos jogos no Brasil (tanto legalizados quanto os ilegais) incluindo os projetos de lei que estão em tramitação no congresso, destacando os que possuem maior repercussão.

I – OS JOGOS DE AZAR EM OUTRAS JURISDIÇÕES

Diferente do Brasil, a maioria dos países no mundo permite e legisla sobre os jogos de azar em seus respectivos territórios, com regras e tributações diferentes, mas todos explorando o dinheiro gerado para benefício dos seus povos.

O principal motivo dos países que não liberam os jogos é a religião islâmica ser a base de suas leis, porém alguns países dessa religião também tem os jogos liberados, tais como Egito e Turquia¹⁹.

Nota-se que o Brasil está longe da realidade em comparação ao resto dos países quando colocado em números exatos. Entre os 193 países membros da ONU, 75,52% tem o jogo legalizado, com o Brasil entre os 24,48% que não legalizaram. Se diminuir esse número de países para os 156 membros da OMT, 71,16% tem o jogo legalizado, porém dos 45 países que não legalizaram tem três quartos de origem islâmica. Ao analisar o G20, apenas 3 países não possuem o jogo legalizado, sendo o Brasil o único não islâmico, acompanhado da Arábia Saudita e da Indonésia. Por fim, a OCDE, organização composta por 34 países e que não tem o Brasil entre eles, apenas um, a Islândia, não permite que se explorem jogos de azar no seu território²⁰.

Os principais mercados de jogos de azar no mundo podem ser divididos entre três setores principais, região da Ásia e Pacífico, América do Norte e Europa, sendo os principais países nessas regiões respectivamente China(Macau), Estados Unidos e Alemanha²¹, estes são mais aprofundados ao longo do capítulo mostrando o impacto dos jogos em sua sociedade e economia.

Em 2016, o valor bruto arrecadado dos jogos de azar foi de 450 bilhões de dólares, com esse valor chegando quase a 500 bilhões no ano passado, com apenas 5% dessa renda proveniente da América Latina e o Caribe, sendo a América do Norte e Europa responsáveis por 66% desse valor²².

¹⁹ Jogo Legal, ganham Estado e sociedade. **Instituto Jogo Legal**, Brasil. Disponível em: <<http://www.institutojogolegal.com.br/Home/Conteudo/NossaCausa>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

²⁰ O Brasil e o jogo ilegal. **II Seminário Internacional de Loterias – Desafiando o Contexto**, p.16., Mar del Plata, mar. 2014.

²¹ GINAR's Global Online Gambling Market Research 2018. **Medium**, Estados Unidos, 02 out. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/ginar-io/ginars-global-online-gambling-market-research-2018-a9f0450c16cd>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

²² Ibid.

Outro mercado que cresceu muito nos últimos anos foi o das apostas online, com renda de 47,11 bilhões de dólares em 2017 e projeção de que alcance 59,79 bilhões de dólares em 2020²³.

Esse mercado é fortemente marcado pela Europa, que foi responsável por 47,6% da renda mundial, seguido pela Ásia e depois América do Norte²⁴.

No ranking das receitas de jogos, em junho de 2019, o México é o país com mais renda proveniente disso, seguido do Brasil, com Estados Unidos e China liderando a pesquisa²⁵.

Capítulo 1 – Jogos na América do Sul

Apesar da enorme quantidade de países que liberaram os jogos em seu território, cada um tem sua legislação própria nesse assunto, nesse capítulo é apresentado de países da América do Sul, com o intuito de mostrar a realidade de países que possuem uma realidade parecida com a brasileira, sendo países de terceiro mundo com sociedades vivendo em condições similares, analisando os reflexos dos jogos nos seus respectivos povos.

Argentina, país vizinho, tem seu jogo legalizado por décadas, sendo possível apostar em corridas de cavalo, cassinos, bingos e loterias. Desde o final dos anos 80, o país adotou uma política de privatização além de uma estrutura parecida com a dos Estados Unidos, onde cada uma das 23 províncias argentinas tem autonomia para legislar sobre os jogos como melhor entenderem.²⁶

Em regra, as províncias adotam o processo de licitação pública para dar concessão da exploração dos jogos para uma única empresa a qual fica com o monopólio da região²⁷.

As províncias recebem no mínimo 30% das apostas vencedoras, sendo estimado que a indústria do jogo na sua história na Argentina já gerou mais de 42 bilhões de dólares²⁸.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid.

²⁵ Top 100 Countries/Markets by Game Revenues. **Medium**, Estados Unidos, jun. 2019. Disponível em:<<https://newzoo.com/insights/rankings/top-100-countries-by-game-revenues/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

²⁶ South America Special. **G3 Newswire**, p.2., Reino Unido, set. 2013. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2013/09/G3-SA-Special.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2019.

²⁷ Ibid., p.2.

Atualmente, existem cerca de 70 cassinos na Argentina, além de 150 estabelecimentos de bingo e quase 32 mil máquinas de jogos²⁹.

Equador tem cassinos funcionando desde a década de 40, sendo atualmente 32 estabelecimentos espalhados pelo seu território, mas diferente da Argentina, todo setor é regulado pelo governo, mais precisamente, pelo Ministério do Turismo o qual regula que somente são permitidas máquinas de apostas em lugares específicos, como cassinos, sendo que para se abrir um cassino deve se localizar em hotéis de alto nível, mudando os requisitos dependendo da região do país³⁰.

A legislação também aborda as casas de jogos, sendo obrigatório que esses estabelecimentos se localizem a mais de 300 metros de distância de escolas, igrejas e delegacias de polícia, além de limitar os jogos que podem ser explorados e o tamanho desses estabelecimentos (que variam conforme a região)³¹.

Na Colômbia o jogo é explorado através de um monopólio do Estado, conforme consta na constituição de 1991, com a empresa ETESA organizando e regulando esse monopólio³².

Para explorar o jogo, os operadores devem conseguir autorização da ETESA e do prefeito da cidade que será localizado o jogo. Após começar a explorar essa atividade, uma taxa mensal é paga a ETESA por máquina e mesa de jogo, além de uma taxa das vendas de cada aposta, mudando a porcentagem de acordo com o tamanho do ganho no jogo³³.

Em 2007, os jogos movimentaram mais de 275 milhões de dólares, sendo 23% proveniente de máquinas e cassinos³⁴.

De acordo com a lei colombiana, as loterias devem dar 12% de seus ganhos para o setor de saúde da ETESA, além dos operadores que também devem fornecer uma porcentagem de seus ganhos. Para melhor controlar todo esse sistema dos jogos, foi criado a Federação Colombiana de Empresários de Jogos de Azar (FECEAZAR), reunindo empresas de vários setores de jogos³⁵.

Os cassinos estão presentes até no menor país da América do Sul, o Suriname possui 13 cassinos, um número elevado se comparado com território e

²⁸ Ibid., p.3.

²⁹ Ibid., p.4.

³⁰ Ibid., p.5.

³¹ Ibid., p.5.

³² Ibid., p.7.

³³ Ibid., p.7.

³⁴ Ibid., p.7.

³⁵ Ibid., p.7.

população, porém eles foram responsáveis por empregar milhares de pessoas além de retornar grandes valores aos cofres públicos, pois os cassinos têm de pagar 50% de taxa corporativa, além de pagar taxas mensais para o uso de máquinas, roletas e mesas de blackjack³⁶.

Na Venezuela, existem muitos jogos proibidos, não sendo permitido nenhum tipo de aposta fora dos cassinos, apesar de existir cassinos ilegais e corridas de cachorro e cavalo clandestinas. Em 2007, os bingos e cassinos retornaram 17,7 milhões de dólares para os cofres do país³⁷.

O jogo no país é controlado pela Comissão Nacional de Cassinos, sendo um órgão do ministério do turismo e também responsável por supervisionar, licenciar e inspecionar os setores dos jogos³⁸.

Em 2007 a CNC fechou 23 locais ilegais de exploração de jogos, mostrando a eficiência do órgão³⁹.

Entre as normas da lei dos jogos na Venezuela consta a necessidade de se localizarem em hotéis cinco estrelas quando se tratar de cassinos, e hotéis quatro ou cinco estrelas quando forem casas de bingo⁴⁰.

No quesito das taxas, os bingos devem pagar entre 12% e 20% do lucro de suas receitas, enquanto operadores de máquinas de jogos pagam entre 30% e 50%, já os cassinos são taxados com 10% do lucro líquido de seus estabelecimentos⁴¹.

No Uruguai, os jogos foram controlados por empresas privadas até a década de 50, quando passaram para o controle do Estado. O órgão responsável pelo controle dos estabelecimentos de jogos no país é a Direção Geral de Cassinos, o qual responde ao Ministério da Economia e Finanças⁴².

Atualmente o sistema de cassinos é misto, existindo cassinos do Estado e cassinos privados, porém esses respondem diretamente a DGC⁴³.

Em 2017, os cassinos movimentaram cerca de 809 milhões de dólares, equivalente a 1.3% do PIB uruguaio. Um dos motivos do sucesso dos cassinos em

³⁶ Ibid., p.11.

³⁷ Ibid., p.22.

³⁸ Ibid., p.22.

³⁹ Ibid., p.22.

⁴⁰ Ibid., p.22.

⁴¹ Ibid., p.22.

⁴² Ibid., p.21.

⁴³ Ibid., p.21.

arrecadar essa quantia expressiva se deve ao governo ter bloqueado os sites de aposta online, levando a população para os estabelecimentos locais⁴⁴.

O Chile em 2004, com apenas sete cassinos na época, retornou aos cofres públicos cerca de 84 milhões de dólares, provenientes das taxas de 20% que todas as regiões pagam sobre a renda bruta gerada nas apostas, sendo desse total 50% destinado na região que o cassino está localizado⁴⁵.

Para se explorar os jogos tem que solicitar permissão para tal perante o órgão responsável por controlar essa área no Chile, a Superintendência de Cassinos e Jogos (SCJ), sendo que, além de conceder ou recusar liminares, tem poder para revogar e renovar as licenças⁴⁶.

Cabe destacar que mesmo com a liberação, as máquinas caça-níquel só podem ser exploradas dentro dos cassinos, sendo totalmente ilegais máquinas encontradas fora desses estabelecimentos, conforme legislação de 1995⁴⁷.

No Peru, o governo possui controle total sobre os jogos espalhados nos 14 cassinos do país através de um sistema online e interligado, conhecido como SAS⁴⁸.

Em 2017, o governo arrecadou 85 milhões de dólares provenientes das tributações de 12% sobre os ganhos dos jogos no país⁴⁹.

A loteria no Peru deve em tributos de 5% a 8.9% de sua venda bruta, sendo esse modo de aposta vinculado ao Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis⁵⁰.

O órgão responsável por administrar e supervisionar os jogos no país é a Direção Geral de Jogos de Cassinos e Máquinas Caça-níqueis, a qual responde diretamente ao Ministério do Comércio Exterior e Turismo⁵¹.

Para abrir novos estabelecimentos devem ser cumpridas algumas regras, tais como distância do local que será realizado os jogos para escolas, igrejas e se

⁴⁴ PHIL. Uruguay - Gaming in Uruguay on the rise in 2017. **G3 Newswire**, Reino Unido, 15 fev. 2018. Disponível em:< <https://g3newswire.com/uruguay-gaming-uruguay-rise-2017/#>>. Acesso em: 30 abr 2019.

⁴⁵ South America Special. **G3 Newswire**, p.16, set. 2013. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2013/09/G3-SA-Special.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2019.

⁴⁶ PHIL. Chile - New guidelines in Chile to define gambling machines. **G3 Newswire**, Reino Unido, 6 jan 2017. Disponível em:<<https://g3newswire.com/chile-new-guidelines-chile-define-gambling-machines/#>>. Acesso em: 02 maio 2019.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Jogo no Peru é um modelo a ser observado pelo Brasil. **BNL**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Disponível em:< <http://www.bnldata.com.br/jogo-no-peru-e-um-modelo-ser-observado-pelo-brasil/>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ South America Special. **G3 Newswire**, p.12. Reino Unido. set. 2013. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2013/09/G3-SA-Special.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

localizar em hotéis, mesmos requisitos que foram apresentados em outros países do nosso continente⁵².

Capítulo 2 – Jurisdições mais relevantes

Apesar de presente em quase todos os países da América do Sul, os ganhos decorrentes das atividades dos jogos são quase ínfimos se comparada aos países que exploram esse ramo na casa dos bilhões por mês.

Nesse capítulo é analisado como os jogos impactam as grandes economias mundiais, mostrando que, inclusive em países de primeiro mundo, os jogos têm uma relevância elevada na economia local, além de destacar a importância deles para suas respectivas sociedades.

2.1. Estados Unidos

A maior potência do mundo tem uma considerável fatia de sua economia referente à indústria dos jogos, a qual em 2017 contribuiu com 261 bilhões de dólares, gerando 40,8 bilhões de dólares em taxas federais, estaduais e municipais⁵³.

Dividindo as taxas por setor, aproximadamente 18,6 bilhões de dólares são pagos nas taxas federais, 11,5 bilhões nas taxas estaduais e municipais e o restante nas taxas dos jogos⁵⁴.

Esse valor é destinado a diversas áreas, tais como segurança pública, saúde e educação, sendo possível apenas com o valor arrecadado pagar o salário de 692 mil professores e se excluísse as taxas federais, seria possível ainda pagar o custo anual de educação para dois milhões de alunos.⁵⁵

Além dos benefícios gerados ao Estado com as tributações bilionárias, a sociedade americana também se beneficia com a exploração dos jogos, pois para sustentar esse império trabalham quase dois milhões de pessoas nessa indústria,

⁵² Ibid., p.12.

⁵³ National Economic Impact of the U.S. Gaming Industry. **American Gaming Association**, Estados Unidos, 1 jun. 2018. Disponível em:<<https://www.americangaming.org/resources/economic-impact-of-the-u-s-gaming-industry-2/>>. Acesso em: 5 maio 2019.

⁵⁴ Economic Impact of the U.S. Gaming Industry. **American Gaming Association**, p.17., Estados Unidos, 1 jun. 2018. Disponível em:<<https://www.americangaming.org/wp-content/uploads/2018/06/OE-AGA-Economic-Impact-US-2018-June.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2019

⁵⁵ Ibid., p.18.

gerando um total de 74 bilhões de dólares na renda salarial anual (somado salários, gorjetas e demais benefícios) ⁵⁶.

Consegue perceber a força da indústria dos jogos quando comparada as demais indústrias e setores nos Estados Unidos, pois nos setores de recreação os jogos empregam mais pessoas diretamente em seus cassinos do que pessoas empregadas em companhias aéreas ou bares e casas noturnas⁵⁷.

Ao analisar os cassinos no setor do varejo, eles empregam menos pessoas apenas que o setor de postos de gasolinas e itens domésticos, ficando na frente de setores como de artigos esportivos e loja de eletrônicos⁵⁸

Quanto aos gastos, os clientes de cassinos gastaram 89 bilhões de dólares em 2017, superando setores tais como transporte aéreo, jogos e brinquedos e material esportivo⁵⁹.

Os gastos nos cassinos não são apenas em jogos, com diversas atrações em seus estabelecimentos, os cassinos arrecadaram mais de 13 bilhões de dólares com seus clientes gastando em lojas alternativas dos estabelecimentos, tais como restaurantes e lojas de lembranças⁶⁰.

Cada estado possui suas próprias leis para regulamentar o jogo, dando origem a diferentes taxações dependendo da região, sendo permitido explorá-lo em 43 dos 50 estados americanos, somando um total de 979 cassinos espalhados pelo país⁶¹.

Em 2018 houve um grande crescimento dos jogos na economia, gerando um total de 41,7 bilhões de dólares em taxas, sendo um recorde na história americana, sendo previsto um aumento contínuo nos próximos anos com alguns estados legalizando e regulando as apostas em seus territórios⁶².

⁵⁶ Ibid., p.4.

⁵⁷ Ibid., p.20.

⁵⁸ Ibid., p.21.

⁵⁹ Ibid., p.22.

⁶⁰ Ibid., p.4.

⁶¹ U.S. Casino Gaming's Local Economic Impacts. **American Gaming Association**, Estados Unidos, 1 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.americangaming.org/resources/u-s-casino-gamings-local-economic-impacts/>>. Acesso em: 5 maio 2019

⁶² PHIL. US – US commercial casino industry reaches all-time high of \$41.7bn. **G3 Newswire**, Reino Unido, 11 jun. 2019. Disponível em: <<https://g3newswire.com/us-us-commercial-casino-industry-reaches-all-time-high-of-41-7bn/#>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

2.1.1. Nevada

O estado que abriga o paraíso dos jogadores, Las Vegas, é um dos principais estados americanos na indústria do jogo e provavelmente o local mais famoso do mundo da indústria do jogo. Além de abrigar a famosa “sin city”, Nevada possui outras 41 cidades com cassinos, gerando um total de 221 em todo estado⁶³.

Com todo esse número de estabelecimentos, incluindo a cidade mais conhecida por seus deslumbrantes cassinos, Nevada gera um total de 56 bilhões de dólares na economia americana, revertendo esse valor em 8,3 bilhões de dólares nas taxas que são aplicados no sistema de educação e transporte sendo essencial para a receita orçamentária do estado, além de gerar 410.456 empregos para seus habitantes⁶⁴.

2.1.2. New Jersey

Apesar de estar longe de ser um dos estados com mais estabelecimentos de jogos, New Jersey é famosa graças a Atlantic City, sendo a única cidade do estado a ter estabelecimentos de jogos, o que já é suficiente para gerar uma renda de 6,5 bilhões de dólares com 1,2 bilhões revertidos em taxas, conseguindo empregar a incrível quantidade de mais de 39 mil pessoas graças ao tamanho e magnitude de seus cassinos que atraem pessoas de toda costa leste do país⁶⁵.

Essa cidade é conhecida por parte do público brasileiro, pois em diversos filmes e seriados que tiveram sucesso de espectadores no Brasil, Atlantic City foi citada como uma das principais cidades americanas para a prática dos jogos de azar.

⁶³ Gaming by the numbers Gaming’s National Impact. **American Gaming Association**, p.25., Estados Unidos, 1 mar. 2019. Disponível em:<https://www.americangaming.org/wp-content/uploads/2019/03/AGA-States-Gaming-By-the-Numbers_March2019.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2019.

⁶⁴ Ibid., p.25.

⁶⁵ Ibid., p.26.

2.2. Alemanha

O mercado com maior receita proveniente de jogos da Europa possui atualmente 66 cassinos em seu território que são regulados por leis específicas de um acordo realizado em 2008⁶⁶.

O Estado regula todos os cassinos, porém não detém o controle sobre eles, sendo 35 dos 66 de seu controle e os demais controlados por particulares. Os estabelecimentos que exploram a atividade do jogo pagam impostos em cima da receita bruta, entre 20% e 80% dependendo do estado que estão localizados, porém devido a essa alta tributação, os estabelecimentos ficam isentos dos demais impostos⁶⁷.

O órgão responsável por coordenar o setor dos jogos é o Ministério do Interior e dos assuntos federais, exceto jogos comerciais e casas de apostas que respondem ao Ministério dos assuntos econômicos, trabalho, transporte e tecnologia⁶⁸.

Essa tributação gerou ao tesouro nacional 254 milhões de euros em 2014 e 553 milhões em 2015, sendo 309 milhões provenientes dos cassinos estatais com 120 milhões transferidos para os estados federativos⁶⁹.

Ainda em 2015, a indústria do jogo movimentou um total de 10,4 bilhões de euros sendo as máquinas caça-níquel a principal responsável por esse valor, operando um total de 5,3 bilhões⁷⁰. Além disso, mais 2,2 bilhões de euros foram circulados no mercado não regulado, somando no total 12,7 bilhões de euros da indústria dos jogos na Alemanha em 2015⁷¹.

Além dos 66 cassinos, essa renda é obtida através das 16 loterias estaduais que possuem 22 mil pontos de venda; 60 casas de apostas; 49 clubes de corrida de cavalos; 9 mil salas de jogos e entre 60 e 70 mil estabelecimentos que possuem juntos um total de 77 mil máquinas de jogos⁷².

⁶⁶ Calm before the storm. **G3 Newswire**, p.1., Reino Unido, ago. 2017. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2018/02/G3Aug17Germany.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019

⁶⁷ Ibid., p. 1-2.

⁶⁸ Ibid., p.2.

⁶⁹ Ibid., p.2.

⁷⁰ Ibid., p.4.

⁷¹ Ibid., p.5.

⁷² Ibid., p.6.

As apostas online são outra fonte de renda para Alemanha, porém as leis sobre tal prática foram alteradas em 2012, cujo definiu como monopólio estatal das loterias e proibiu os cassinos online no país, além de limitar o número de sites de apostas esportivas⁷³.

2.3. China

O país mais populoso do mundo, também é o país com mais retornos da indústria de jogos na Ásia⁷⁴. Em contrapartida, as leis chinesas sobre jogos de azar são muito rígidas existindo apenas duas formas de apostar em seu território, com exceção de Macau, Hong Kong e Taiwan⁷⁵.

A lei do país considera aposta em geral como ilegal, inclusive as apostas online, sendo permitido apenas que os jogadores tentem a sorte nos dois tipos de loteria autorizada pelo governo, loteria esportiva (sendo regulada pela Administração Geral do Esporte e administrada pelo Centro Administrativo de Loterias Esportivas da China) e loteria regular (administrada pelo Centro de Emissão de Loterias e regulada pelo Ministério dos Assuntos Cíveis) esta autorizada em 1987 e aquela autorizada em 1994. O Ministério das Finanças é o órgão responsável por administrar, regular e supervisionar toda a loteria nacional chinesa, definindo a taxa de 20% sobre os prêmios de loterias e vendas de bilhetes⁷⁶.

O ano de 2012 movimentou 42 bilhões de dólares apenas na região central da China onde a maior parte dos jogos é proibida. Devido ao povo chinês ter muitos jogadores, as leis acabam por atingir vários que não podem ir para as regiões distantes que são permitidos cassinos, corridas de cavalo e outras modalidades. A consequência disso foi 347 mil civis processados nesse ano por apostas ilegais com 5,7 mil condenados, além de 30 mil cassinos clandestinos fechados⁷⁷.

⁷³ Ibid., p.9.

⁷⁴ Top 100 Countries/Markets by Game Revenues. **Medium**, Estados Unidos, jun. 2019. Disponível em:<<https://newzoo.com/insights/rankings/top-100-countries-by-game-revenues/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁷⁵ WAI-MING, Yap; PAN, Cindy. Gaming in China: overview. **Thomson Reuters**, Reino Unido, 01 fev. 2018. Disponível em:<[https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-635-9387?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a268759](https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-635-9387?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a268759)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Gambling Law of Chinese Mainland. **Online Betting**, Estados Unidos. Disponível em:<<https://www.onlinebetting.com/legal/china/>>. Acesso em: 12 maio 2019

Em 2017, as loterias chinesas venderam o total de 58 bilhões de dólares⁷⁸, porém a limitação de apenas poder apostar em dois tipos de loterias, com exceção de alguns territórios, faz muitos chineses irem para outros países gastar seu dinheiro, tais como Vietnã, Laos e Tailândia⁷⁹.

Hong Kong é uma das regiões chinesas que permite outros tipos de aposta. Além das duas loterias legais em todo território, Hong Kong também permite o jogo Mahjong e a aposta em corridas de cavalo, sendo esta a principal atração de jogos no território, abrigando mais de 700 corridas por ano sendo o lugar com maior receita desse tipo de aposta no mundo⁸⁰. Cabe destacar que até 2010 os jogos de pôquer eram legalizados que nem Mahjong, porém a partir dessa data o jogo se tornou ilegal na região, fazendo com que os jogadores se dirijam até Macau quando querem apostar no tradicional jogo de cartas⁸¹.

O jockey club de Hong Kong possui o monopólio de apostas nas corridas de cavalo na região, emprega aproximadamente 25 mil pessoas e retorna 79% dos valores das apostas em taxas e doações de caridade, inclusive ganhando prêmios por isso⁸², contribuindo assim para os 2,7 bilhões de dólares em taxas que o governo de Hong Kong arrecada anualmente⁸³.

Apesar de leis severas para os jogos ilegais, é estimado que aproximadamente 1,5 bilhões de dólares sejam movimentados por ano sem trazer nenhum retorno para o Estado⁸⁴.

O antigo território português, Macau, voltou ao controle chinês em 1999, se tornando uma região administrativa especial, tal como Hong Kong. Esta região

⁷⁸ Don't bet on legalized gambling coming to mainland China any time soon. **South China Morning Post**, China, 23 ago. 2018. Disponível em:<<https://www.scmp.com/news/china/economy/article/2160910/dont-bet-legalised-gambling-coming-mainland-china-any-time-soon>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

⁷⁹ ROTENBERG, Alex. Golden Opportunities. **G3 Newswire**, p.2., Reino Unido, mar. 2012. Disponível em:< <https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2012/04/CasinoTourism-March12.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019

⁸⁰ Gambling Laws in China. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em:<<https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/china/>>. Acesso em: 12 maio 2019

⁸¹ Hong Kong Gambling Laws. **Online Betting**, Estados Unidos. Disponível em:<<https://www.onlinebetting.com/legal/hong-kong/>>. Acesso em: 12 maio 2019

⁸² Awards & Achievements. **The Hong Kong Jockey Club**, Hong Kong. Disponível em:<https://corporate.hkjc.com/corporate/english/who-we-are/awards-and-achievements.aspx#bottom_nav_home>. Acesso em: 25 jun. 2019.

⁸³ Gambling Laws in Hong Kong. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em:<<https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/hong-kong/>>. Acesso em: 12 maio 2019

⁸⁴ Ibid.

possui passaporte, moeda, governo e leis próprias, porém, como país, faz parte da Republica Popular da China⁸⁵.

Cassinos e demais apostas são permitidas na região desde meados de 1850 e se mantém até hoje, sendo o único território chinês que permite a presença de cassinos. Em 2016, havia 38 cassinos em Macau, sendo que em 2017 eles geraram 33 bilhões de dólares em receita bruta, sendo a maior de todo planeta. Las Vegas, por exemplo, no mesmo ano faturou pouco mais de 7 bilhões, quase 5 vezes menos que Macau sendo aproximadamente 10 vezes maior em território⁸⁶.

Até 2002, Macau trabalhava sobre um sistema de monopólio para a exploração de jogos, mudando as leis nesse ano e abrindo as portas para empresas internacionais competirem por uma licença de exploração de jogos⁸⁷.

No quesito das taxas, os cassinos da região devem contribuir com 35% do lucro bruto das apostas, além de 1,6% destinados a Fundação Macau e 2,4% destinados para o desenvolvimento urbano, turismo e seguro social⁸⁸.

O mercado de jogos de Macau se tornou o principal centro de apostas do mundo e seus números expressivos comprovam facilmente isso, pois apenas em maio de 2019, o lucro bruto das apostas foi acima de 3,2 bilhões de dólares⁸⁹, mostrando a força do mercado asiático na indústria do jogo.

II – JOGOS NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Capítulo 3 – A situação atual dos jogos

No Brasil, desde o último decreto-lei sobre o tema jogos de azar, todos os modos de jogos não controlados pela CEF se encontram na ilegalidade e enquadrados na lei das contravenções penais, porém isso não foi motivo da diminuição de apostas ilegais em nosso território nacional. Jogadores costumeiros

⁸⁵ Online Gambling Laws for Macau and Cultures. **Online Betting**, Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.onlinebetting.com/legal/macau/>>. Acesso em: 12 maio 2019

⁸⁶ Gambling Laws in China. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/china/>>. Acesso em: 12 maio 2019

⁸⁷ Gambling in Macau: Laws, History and Where to Gamble Online. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/macau/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

⁸⁸ PEREIRA, Alexandre. **Casino Gaming Law in Macau**, p.8.

⁸⁹ PHIL. China – Trade War continues to weigh Macau down despite growth. **G3 Newswire**, Reino Unido, 3 jun. 2019. Disponível em: <<https://g3newswire.com/50002-2/#>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

que gostam de apostar e escolhem um jogo alternativo as loterias federais, seja o jogo do bicho, sejam máquinas caça-níqueis, não tem dificuldades para encontrar um lugar para realizar suas vontades.

É de conhecimento público os diversos estabelecimentos comerciais que permitem a prática de tais jogos e mesmo que notificados e fechados pelo poder público, rapidamente conseguem se acomodar em outro lugar e realizar as suas atividades para a alegria dos seus clientes e sem o Estado ganhar nada em troca.

Cabe destacar a diferença existe do jogo e da aposta, pois apesar de compartilharem elementos tais como a presença da sorte ou azar e serem regulamentados no mesmo dispositivo do Código Civil⁹⁰, tratam de diferentes tipos de contrato com matérias distintas.

O CC, contudo, não apresenta a definição de jogo e de aposta, cabendo a doutrina o papel responsável por fazer a distinção de um e outro. Enquanto possuem semelhança no quesito do acordo em si e do pagamento a ser efetuado ao final, seja em quantia monetária ou objeto que possua algum valor, existe diferença que é fácil de ser detectada.

O jogo trata de um contrato cujo duas ou mais pessoas celebram entre si, prometendo pagar uma quantia àquele que obtiver o resultado favorável do acontecimento incerto em questão, em contrapartida, a aposta trata de uma convenção em que pessoas com opiniões contrárias, prometem entregar um prêmio para a pessoa que a opinião prevalecer em virtude de um evento incerto⁹¹, ou seja, o jogo em si trata de um fato futuro, cujas chances de ocorrer ou não são as mesmas, enquanto na aposta existe uma divergência no quesito de opinião sobre alguma matéria.

3.1. Os jogos legalizados

São entendidos como jogos legalizados aqueles que possuem um objetivo de contribuição para a sociedade e estão expressamente regulamentados pela lei⁹².

⁹⁰ Brasil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

⁹¹ DINIZ, Maria Helena. **Direito Civil**, vol. 3, Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais, 30ª Ed., Saraiva, 2014. p.602.

⁹² MORRIS, Amanda Zoe; BARROSO, Lucas Abreu. **Direito dos Contratos**. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2008. p.387.

Dentre os jogos autorizados se encontram as loterias federais, cuja administração fica a cargo da CEF⁹³ assim como a liberdade exclusiva para explorar. Os recursos captados pelas apostas são destinados a obras sociais, bingos que tenham cunho beneficente, corridas esportivas, entre outros.

Os jogos legalizados mais famosos para a população são, sem dúvidas, os jogos da loteria federal, destacando-se a mega sena, cujos prêmios são sempre na casa dos milhões e o apostador pode ganhar essa enorme quantia com uma simples e barata aposta de seis números. No total, a loteria federal disponibiliza dez opções de jogos, cada um com prêmios e regras diferentes um dos outros.

O dinheiro arrecadado pela CEF não é todo distribuído no prêmio do ganhador(es), pois uma percentagem é destinada a União que aplica esse dinheiro em setores como saúde, educação e bem estar social⁹⁴.

Existem também loterias estaduais, não são muito conhecidas, mas alguns Estados a utilizam muito bem para arrecadar recursos, tais como o Rio de Janeiro⁹⁵.

A loteria estadual do Rio Grande do Sul é a mais antiga de todas, criada através de um decreto do General Bento Gonçalves em 1843, com o intuito de arrecadar fundos para hospitais dos exércitos farroupilhas⁹⁶, porém tal loteria se encontra atualmente inativa, sem a possibilidade de a população testar sua sorte em algum jogo proveniente dela.

3.2. Jogos que estão na ilicitude

Considerados ilícitos estão os jogos de azar que não tem objetivo de contribuir para a sociedade e tem o fator da sorte do jogador como único elemento importante, não existindo a possibilidade de diferenciar jogadores pela habilidade, necessitando a presença de mais de um jogador para caracterizar a contravenção⁹⁷.

⁹³ DUARTE, David. **Loterias e jogos de azar no Brasil: legalidade e ilegalidade**. Revista de Direito da ADVOCEF. Londrina, ADVOCEF, v.1, n.5, 2007. p.111.

⁹⁴ Repasses Sociais. **Caixa Econômica Federal**, Brasil, 2018. Disponível em:<http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-loterias/Repasses_sociais-loterias-2018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁹⁵ Obras Sociais. **Loterj**, Rio de Janeiro. Disponível em:< <http://www.loterj.rj.gov.br/obras-sociais.php>>. Acesso em: 28 maio 2019

⁹⁶ Loteria do Estado do Rio Grande do Sul – Lotergs. **BNLData**, Brasil, 06 set. 2002. Disponível em:< <http://www.bnldata.com.br/loteria-do-estado-do-rio-grande-do-sul-lotergs/>>. Acesso em: 28 maio 2019.

⁹⁷ JESUS, Damásio E. de. **Lei das Contravenções Penais Anotada**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p.162.

Tais jogos foram inicialmente proibidos em 1941, pela lei das contravenções penais, a qual genericamente explica o que se caracteriza como jogos de azar, e se encontram na ilicitude total desde a lei 9981 publicada no ano 2000.

Dentre os jogos mais famosos que atuam na clandestinidade se destacam o bingo (com diversos estabelecimentos fixos em lugares reservados), o jogo do bicho (com presença em bancas de jornal ou até mesmo com bicheiros indo de casa em casa) e as máquinas caça-níquel e similares (encontradas em diversos bares nas zonas mais pobres das cidades).

O jogo do bicho já está enraizado na sociedade brasileira, criado em meados de 1892 pelo dono de um Jardim Zoológico que ficava na Vila Isabel, porém na época era apenas mais uma forma de entretenimento disponível no zoológico, além de jogo do bilhar, pelota, entre outros que tinham o objetivo de realizar um auxílio na área financeira⁹⁸.

O jogo acontecia diariamente no zoológico, onde um bilhete de animal ficava dentro de uma caixa fechada e cada visitante ganhava junto do seu ingresso, um cupom para concorrer ao prêmio no final do dia⁹⁹.

Com o passar dos anos o jogo do bicho foi se atualizando e adaptando, atualmente o formato consiste em 25 animais em uma cartela e cada animal contendo quatro dezenas para se realizar a aposta.

Além do tempo de existência do jogo na sociedade brasileira, o sucesso também se deve pela facilidade de jogar, bastando apenas um papel e uma caneta para a realização da aposta, sendo ainda informatizado nos últimos anos para dar mais segurança e atrair mais jogadores¹⁰⁰.

Estima-se que sejam realizadas mais de 20 milhões de apostas diariamente através de 350 mil pontos de venda espalhados pelo Brasil, com uma premiação média de 60% do valor arrecadado¹⁰¹.

O bingo é outro jogo ilegal que atrai muitos jogadores e movimentas enormes quantias de dinheiro, apesar de ser legalizado no final dos anos 90 com a justificativa de se tratar de um jogo no estilo loteria, poucos anos depois foi colocado

⁹⁸ Damatta, Roberto; SOAREZ, Elena. Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p.60.

⁹⁹ Idib. p.66.

¹⁰⁰ FILHO, Luis Carlos Prestes, **Teoria das probabilidades no jogo, na ciência e nas políticas públicas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p.184.

¹⁰¹ Jogo Legal, ganham Estado e sociedade. **Instituto Jogo Legal**, Brasil. Disponível em: <<http://www.institutojogolegal.com.br/Home/Conteudo/NossaCausa>>. Acesso em: 12 maio 2019

novamente na ilicitude, voltando a valer o decreto-lei 3.688 de 1941, para não sair de lá até o presente dia¹⁰².

O governo não consegue fiscalizar com força os locais onde se praticam os jogos, deixando grandes estabelecimentos atuarem de forma ilegal por muito tempo até que sejam denunciados e fechados. Além desses locais, atualmente está sendo usada uma brecha na lei para que se desenvolvam jogos similares ao bingo, com divulgação e belos estabelecimentos, pois os donos desses lugares estão usando a Lei do Turfe¹⁰³ como um amparo legal para realizar suas atividades em plena luz do dia e sem medo de serem fechados pelo poder público.

Sendo assim, fica cada vez mais difícil inibir a prática do jogo do bingo, pois além dos estabelecimentos clandestinos que sempre existiram, agora empresas internacionais estão entrando com dinheiro para investir nesse mercado e se respaldar na lei 7.291 de 1984¹⁰⁴ para explorar esse mundo das apostas.

As máquinas caça-níqueis, famosas nos cassinos americanos, são terminantemente proibidas em nosso território, porém isso não a constante presença delas no ambiente social, podemos reparar isso através do número de apreensões realizadas em 2013, de acordo com pesquisa do IJL, onde apontaram o recolhimento de 21.211 máquinas no Brasil, sendo 1.217 no Rio Grande do Sul. Estima-se através de pesquisas realizadas que existam cerca de 220 mil equipamentos desses espalhados pelo país¹⁰⁵.

3.3. Casos especiais

Existem jogos que não se enquadram na lei das contravenções penais, mas não são legalizados pelo Estado também, se tratando de casos especiais no ordenamento jurídico. A explicação é que nesses jogos específicos, a sorte não é o

¹⁰²Brasil. Lei nº 9981, de 14 de julho de 2000.

¹⁰³Brasil. Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.

¹⁰⁴Idib.

¹⁰⁵II Seminário Internacional de Loterias. Desafiando o contexto. **Instituto do Jogo Legal**, Mar Del Plata, Argentina, 2014. Disponível em:<<http://www.institutojogolegal.com.br/Home/Biblioteca>>. Acesso em: 18 maio 2019.

fator predominante, sendo a habilidade do jogador de grande valia para o resultado final da partida¹⁰⁶.

Nessa categoria se incluem diversos jogos muito presentes em nosso cotidiano, tais como truco, bilhar e dominó, inclusive podem valer apostas em dinheiro sem estarem contrariando nenhuma lei.

Além dos jogos acima citados, o jogo com maior discussão acerca se é permitido ou não, com certeza é o jogo de pôquer, famoso jogo de cartas que atualmente está enquadrado como um esporte da mente, sendo permitindo torneios em todo território nacional.

Clubes de pôquer em quase todo território nacional promovem torneios quase que diariamente, com ótimas premiações em dinheiro, porém ainda tem grandes eventos que ocorrem ocasionalmente, com premiações muito altas e pessoas ficando milionárias ao final da competição¹⁰⁷.

O número de jogadores brasileiros é tão expressivo que atraiu os organizadores da WSOP a realizar uma etapa do mundial no Rio de Janeiro, com distribuição dos famosos braceletes de campeão, além, é claro, da premiação milionária esperada de um evento de tal magnitude¹⁰⁸.

Cabe destacar a existência da Confederação Brasileira de Texas Hold'em, entidade responsável pela representação do pôquer no Brasil e cadastrada no ministério do esporte, trazendo ao jogo essa característica de esporte da mente e afastando do termo de jogo de azar.

Existem diversas jurisprudências defendendo o posicionamento do jogo de pôquer não ser proibido pois não se trata de um jogo exclusivamente da sorte, como podemos ver em uma série de julgados.

Dentre os principais, cabe destacar um MS de Porto Alegre, cujo relator decidiu que não se enquadra no artigo 50 do decreto-lei das contravenções penais, pois apesar de existir a possibilidade de prevalecer o fator sorte na partida, está característica está longe de ser regra, sendo muito mais importante o conhecimento

¹⁰⁶ MORRIS, Amanda Zoe; BARROSO, Lucas Abreu. Direito dos contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

¹⁰⁷ Maior torneio de poker da história no Brasil pagará quase R\$ 10 milhões. **Gazeta do Povo**, Brasil, 06 dez. 2018. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/resenha-do-poker/maior-torneio-de-poker-10-milhoes/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

¹⁰⁸ Alisson Pereira é o campeão do ranking da WSOP Circuit Brazil – Rio 2018. **WSOP**, Brasil. Disponível em: < <https://www.wsop.com.br/alisson-pereira-e-o-campeao-do-ranking-da-wsop-circuit-brazil-rio-2018/>>. Acesso em 16 abr. 2019.

do jogador e suas habilidades para saber a melhor jogada possível a fim de chegar à vitória, sendo definido como um jogo de matemática e psicologia¹⁰⁹.

Outra decisão de grande destaque sobre o assunto foi uma do TJSP, cuja decisão foi a de absolver o réu acusado de explorar o jogo de pôquer na modalidade Texas Hold'em, usando como argumentação que se trata de resultados do jogo não decorrente puramente da sorte, citando a habilidade e memorização do jogador como fundamentais para o sucesso na partida¹¹⁰.

Assim como esses julgados, ocorreram outras decisões com similaridade de conteúdo, afastando o pôquer da definição de jogo de azar e o tratando como um esporte da mente, definindo a inteligência e habilidade do jogador como o principal fator do resultado final.

Com base no apresentado acima fica evidente o afastamento do pôquer e demais jogos que não dependem puramente da sorte da lei de contravenções penais, porém ainda não há uma legislação sobre tais jogos e por consequência não ocorre um retorno expressivo para o Estado, o qual poderia ocorrer após uma lei definindo as tributações sobre os ganhos obtidos com inscrições e premiações.

Capítulo 4 – Aspectos econômicos e sociais

Os jogos de azar no Brasil, legalizados ou não, estão presentes em todas as camadas da sociedade, seja com apostas simples de R\$ 3,50 ou apostas na casa dos milhares de reais. Consequentemente, isso acaba por envolver muito dinheiro e afetar diretamente a vida de milhares de pessoas que trabalham nessa área.

Este capítulo apresenta os reflexos que os jogos estão tendo na nossa atual sociedade, através dos jogos ilegais ou legais, observando pesquisas e dados dos principais institutos especializados nessa área.

4.1. Os jogos legalizados

¹⁰⁹ TJRS. Mandado de Segurança nº 70025424086, de Porto Alegre, Primeira Câmara Cível, rel. Des. *Irineu Mariani*, j. 17.12.2008

¹¹⁰ TJSP. Ação Penal nº 0000854-25.2014.8.26.0415, de São Paulo, Comarca de Palmital, Foro de Palmital, Primeira Vara, rel. MM. Juiz de Direito Dr. Victor Garms Gonçalves, 07.02.2018.

Os jogos de azar autorizados pelo poder público são aqueles que trazem retorno dos ganhos para serem aplicados em obras de natureza social, sendo as loterias federais e estaduais, os principais jogos desse setor.

As loterias existem no Brasil a mais de 200 anos, sendo a primeira aberta em 1784 e possuindo o mesmo intuito dos dias atuais, arrecadar recursos para serem usados em obras públicas, sendo construído diversos edifícios entre os anos 1809 e 1815 com dinheiro proveniente de sorteios dos bilhetes.

Entre os anos 1940 e 1960 particulares que exploravam as loterias, sendo apenas em 1961 a CEF foi determinada pelo governo como sendo a responsável pela administração da loteria federal, sendo o primeiro sorteio realizado em setembro de 1962 no Rio de Janeiro.

Inicialmente apenas existia um jogo, a loteria federal, e com o passar dos anos foram implantados outros jogos, começando com a loteria esportiva em 1970 e a loto, primeiro jogo de loteria de números, em 1980. Nos anos seguintes foram entrando novos jogos como opções para a população, com destaque para a mega sena em 1996 que oferecia prêmios milionários e rapidamente teve grande sucesso, sendo a mega da virada (evento especial que ocorre no último dia do ano com premiações maiores e sem acumular) em 2009.

Após a criação da mega da virada, constavam como opções de jogos nas redes lotéricas a loteria de bilhetes, dividida na loteria federal(bilhetes numerados) e na loteria instantânea(raspadinhas), e a loteria de prognósticos, modo de jogo que se tenta prever o resultado, dividido em prognóstico numérico tal como a mega sena e prognóstico esportivo tal como a lotogol, além do prognóstico específico que combinam as duas modalidades.

Como esperado, tais jogos fazem girar muito dinheiro e ajudam a empregar milhares de pessoas, no ano de 2009 já existiam mais de 10 mil unidades lotéricas por todo país, com uma média de 5 empregados por unidade e no total empregando mais de 52 mil pessoas, sendo a região sudeste a principal empregadora com o total de 46% desse montante.

No ano de 2018 já existia 14 mil unidades lotéricas com nove possibilidades de apostas, o que fez o jogo legalizado movimentar mais de 14 bilhões de reais, sendo mais de 13 bilhões provenientes das loterias caixa, e o restante dividido entre as loterias estaduais (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba e Ceará) e Jockeys Club (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul).

Cabe destacar que os Jockeys Club são regidos por lei federal¹¹¹, regulando todo setor de apostas desse esporte que arrecadou 300 milhões de reais em 2018 com apenas quatro estados explorando essa atividade, mostrando o potencial do nosso país caso os demais estados possuíssem essa forma de aposta.

Desse montante arrecadado, as Loterias Federais repassam 48% para o Governo Federal, incluindo o IR, com o destino de aplicação em programas sociais. Dentre os setores que se aproveitam desses recursos se encontram o esporte, a educação, a cultura, a segurança, a seguridade social, a saúde e outros tais como fundo nacional de apoio à criança e ao adolescente. No ano de 2018, o total destinado a esses setores acrescido do imposto de renda sobre os prêmios pagos gerou uma renda total acima de 6,5 bilhões de reais, mostrando a capacidade de retorno que os jogos conseguem trazer para ajudar no desenvolvimento da nossa nação.

4.2. Os jogos ilegais

Considerados jogos ilegais aqueles que se enquadram no artigo 50 da lei de contravenções penais, cuja sorte é único fator determinante e não trazem retornos para o país.

Apesar de ser terminantemente proibidos, isso nunca foi um impeditivo para a continuação de sua prática, circulando mais capital e com mais pessoas trabalhando na área dos jogos ilegais do que dos jogos legais.

Apenas o jogo do bicho arrecada quase que a totalidade de todos jogos legalizados juntos, com mais de 20 milhões de apostas diárias, espalhado pelos mais de 350 mil pontos de venda, movimentando cerca de 12 bilhões de reais por ano.

No ano de 2018 foi movimentado cerca de 20 bilhões de reais com os jogos ilegais, além dos 12 bilhões já citados provenientes do jogo do bicho, 3,6 bilhões de reais vieram das 400 mil máquinas caça níqueis espalhadas pelo país, além de 1,3 bilhões de reais advindos dos cerca de 300 bingos ilegais, sendo essa renda completada pelos 3 bilhões de reais de apostas pela internet, com total de 10 milhões de apostas diárias nesses outros jogos.

¹¹¹ Brasil. Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.

Como podemos imaginar, existem milhares de empregos não formalizados para que essa área consiga movimentar tanto dinheiro e trabalhar com tantos apostadores diariamente. É estimado que apenas no jogo do bicho existam 450 mil funcionários, sem que esses recebam seus direitos por estarem trabalhando em uma atividade ilegal não abrangida pela constituição.

O instituto do jogo legal fez uma estimativa de que, caso todos os jogos fossem legalizados, isso geraria mais de 650 mil empregos diretos, entre formalizados e criados, além de mais de 610 mil empregos indiretos decorrentes das atividades.

Desses 650 mil empregos diretos estimados, 120 mil seriam provenientes dos bingos, além de 42 mil empregos que seriam criados com a inauguração de cassinos resorts espalhados pelo país.

Ainda nesse mesmo estudo, o IJL em parceria com o BNLData, estimou que se todos os jogos fossem legalizados seria possível arrecadar anualmente 68 bilhões de reais bruto, correspondente a 1% do PIB brasileiro de 2018, ou mais de 20 bilhões de reais por ano em impostos.

Acrescido nesse valor ainda teriam as outorgas e licenças, com valor estimado de arrecadação acima de 6,5 bilhões de reais, sendo a maior parte para a concessão de cassinos de grande e médio porte¹¹².

Sendo assim, fica evidente os prejuízos que a não legalização traz para a sociedade contemporânea brasileira, pois além de impedir que os milhares de trabalhadores do ramo tenham direitos trabalhistas, o próprio combate ao jogo de azar é ineficiente com as próprias autoridades tendo dificuldades em atuar apesar de fazer fiscalizações diárias para evitar o funcionamento do jogo.

O jogo está tão enraizado na sociedade que a própria população, além de jogar escondida, já se mostra favorável para que ocorra o mais breve possível a retirada dos jogos do artigo de contravenções penais, com a maioria considerável dos entrevistados acreditando que melhorará a situação orçamentária no país e que os jogos devem ser explorados no nosso território nacional, com uma parcela mínima achando que os jogos não trariam nenhuma vantagem para o Brasil¹¹³.

¹¹² Disponível em: <<http://www.institutojogolegal.com.br/Home/Conteudo/NossaCausa>>. Acesso em: 10 abr. 2019

¹¹³ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetado/publicacaodatasetado?id=para-internautas-exploracao-de-jogos-de-azar-deve-ser-autorizada-no-brasil>>. Acesso em: 22 maio 2019

Detalhe interessante é que o congresso está começando a ter o mesmo pensamento da população nesse quesito, pois em recente pesquisa¹¹⁴, num universo de 238 deputados federais entrevistados, mais de 52% se mostrou a favor que todos os jogos de azar sejam legalizados, enquanto a parte contrária mostrou argumentos sem muita base para justificar seus posicionamentos contra a legalização.

Cabe destacar que ocorreu divergência entre os deputados favoráveis quanto ao local que seriam instalados os cassinos caso fossem legalizados, o que traz outras dúvidas a serem debatidas para um futuro PL que venha liberar a exploração desses estabelecimentos em nosso país¹¹⁵.

4.3. Projetos de Lei em tramitação

Com o aumento do número de deputados e senadores a favor da legalização, era esperado que aparecessem alguns projetos de lei abordando a descriminalização da prática dos jogos de azar.

Atualmente existem dezenas de projetos em tramitação no congresso, com destaque para o PL 442/91 de autoria do ex-deputado Renato Vianna e o PL 186/14 de autoria do senador Ciro Nogueira.

No ano de 1991, além do PL 442, mais três projetos, que se encontram atualmente apensados ao Marco Regulatório dos Jogos, foram apresentados.

O PL 1212/91 foi proposto por Paulo de Almeida, na época deputado do PTB/RJ, em 06 de junho de 1991, propondo a legalização da exploração do jogo do bicho, além de outras providências¹¹⁶. No mesmo ano, em 25 de junho, o então deputado Sergio Cury do PDT/RJ, apresentou projeto para revogar o artigo da lei das contravenções penais com o intuito de descriminalizar o jogo do bicho no nosso território¹¹⁷. Jackson Pereira, ex-deputado do PSDB/CE, foi outro que apresentou um PL no ano de 1991, mais precisamente no dia 23 de maio, propondo modificação no Decreto-Lei nº 3.688 de outubro de 1941, dispondo sobre criação de loterias

¹¹⁴ Idib.

¹¹⁵ Idib

¹¹⁶ BRASIL. Projeto de Lei nº 1212, de 06 de junho de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14DEZ1993.pdf#page=23>>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹¹⁷ BRASIL. Projeto de Lei nº 1176, de 25 de junho de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/montaPdf.asp?narquivo=DCD14DEZ1993.pdf&npagina=26>>. Acesso em: 22 jun. 2019

semelhantes ao jogo do bicho, modificando também os artigos que abordam sua prática¹¹⁸.

Seguindo em ordem cronológica, o próximo projeto de lei apresentado legislando sobre jogos de azar foi de autoria de Maurício Quintella Lessa representando o PR/AL, no dia 18 de fevereiro de 2008, abordando critérios para a exploração do jogo do bicho com alterações para a lei das contravenções penais e o Decreto-Lei nº 6.259 de 1944, além de dispor sobre legalizar cassinos, hotéis-cassinos e similares¹¹⁹.

Em 2009 mais dois projetos de lei foram apresentados. Em 10 de setembro, o representante do PR/RJ, Dr. Paulo César, propôs o PL 6020 com ementa que aborda a prática dos jogos de azar e sua exploração no Brasil, além de outras providências¹²⁰. Dois meses depois, o deputado Pompeo de Mattos, do PDT/RS, apresentou o PL 6405 que institui Loteria Municipal de prognósticos com organização similar a do Jogo do Bicho, para tal revogando dispositivos referentes à sua prática nos Decretos-Lei nº 3.688 de 1941 e 6.259 de 1944¹²¹.

O deputado Manoel Junior, do PMDB da Paraíba, apresentou o projeto de lei 4062/2012 tratando sobre um assunto bem específico, a legalização dos cassinos dentro dos resorts em nosso território¹²². Apensado a esse projeto de lei se encontra o PL de autoria do deputado do DEM/BA, Paulo Azi. A PL 530/2019 do legislador, apresentada em fevereiro, aborda o mesmo tema da PL anteriormente citada, dispondo sobre a exploração dos jogos que envolvem apostas dentro de cassinos resorts do Brasil¹²³.

O deputado Paulo Azi também foi responsável por outro projeto de lei sobre o tema dos jogos de azar, o PL 2903/2015, que trata sobre a exploração dos jogos de

¹¹⁸ BRASIL. Projeto de Lei nº 1101, de 23 de maio de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14DEZ1993.pdf#page=18>>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹¹⁹ BRASIL. Projeto de Lei nº 2826, de 18 de fevereiro de 2008. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14DEZ1993.pdf#page=18>>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹²⁰ BRASIL. Projeto de Lei nº 6020, de 10 de setembro de 2009. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=689040&filename=PL+6020/2009>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹²¹ BRASIL. Projeto de Lei nº 6405, de 11 de novembro de 2009. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=713215&filename=PL+6405/2009>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹²² BRASIL. Projeto de Lei nº 4062, de 13 de junho de 2012. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001816&filename=PL+4062/2012>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹²³ BRASIL. Projeto de Lei nº 530, de 06 de fevereiro de 2019. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001816&filename=PL+4062/2012>. Acesso em: 22 jun. 2019

azar em todo nosso território, além de propostas para alterar a Lei nº 9.613/88 e revogar artigos da Lei das Contravenções Penais e do Decreto-Lei nº 9.215/46¹²⁴.

Com proposta mais voltada para uma visão tributária, o PL 3090/2015, do deputado Marcelo Matos do PDT/RJ, é disposto sobre a exploração das atividades dos cassinos, instituindo o COFINS em consequência dessa exploração, além de terementas com alterações para a Lei Complementar nº 116/2003, a Lei nº 9.613/1998 e o Decreto-Lei nº 3.688/1941¹²⁵.

O PL 3815/2015¹²⁶ do deputado Nelson Marquezelli do PTB/SP tem como pauta a exploração das loterias e alteração do artigo 13 do Decreto-Lei nº 204/67¹²⁷. Esse tópico também foi abordado por Pompeu de Mattos em seu PL 3420/2015, que trata da exploração das loterias em todas as suas modalidades e revoga mais de 10 Decretos-Lei que legislam sobre o assunto¹²⁸.

Diferente de outros projetos que tratam os cassinos em áreas turísticas e luxuosas, João Rodrigues, deputado do PSD/SC, apresentou o PL 4065/2015, abordando a exploração dos jogos nas áreas de menor índice de desenvolvimento humano municipal como forma de melhorar essas regiões¹²⁹. Essa linha de projeto também foi abordada por Carlos Henrique Gaguim, deputado do PMDB/TO, que em seu Projeto de Lei 3554/2015 aborda a exploração dos cassinos em áreas com menor IDH e que possuam potencial turístico a ser desenvolvido¹³⁰.

Ainda tratando de áreas menos favorecidas, outros dois PL, atualmente em tramitação, se destacam. O PL 9192/2017 do deputado Dagoberto Nogueira, do PDT/MS, dispõe um tema muito específico e pouco trabalhado pelos seus colegas

¹²⁴ BRASIL. Projeto de Lei nº 2903, de 03 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1381315&filename=PL+2903/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹²⁵ BRASIL. Projeto de Lei nº 3090, de 23 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389748&filename=PL+3090/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹²⁶ BRASIL. Projeto de Lei nº 3815, de 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389748&filename=PL+3090/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019.

¹²⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.

¹²⁸ BRASIL. Projeto de Lei nº 3420, de 27 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1404786&filename=PL+3420/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹²⁹ BRASIL. Projeto de Lei nº 4065, de 16 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1424758&filename=PL+4065/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹³⁰ BRASIL. Projeto de Lei nº 3554, de 10 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1410450&filename=PL+3554/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

legisladores, a exploração dos jogos de azar em cassinos dentro das terras indígenas pelos próprios grupos tribais que lá se localizarem¹³¹. Já Domingos Neto, deputado do PROS/CE, em seu Projeto de Lei 3096/2015, define uma política pública direcionada aos municípios que se encontram no semiárido ou aos Núcleos de Desertificação, autorizando que se explorem de maneira excepcional os jogos de azar dentro dos cassinos¹³².

Outros dois Projetos de Lei atualmente em tramitação que abordam o assunto dos jogos de azar são dos deputados Goulart (PSD/SP) e Renata Abreu (PTN/SP), este se tratando do PL 1471/2015 que dispõe sobre a exploração dos jogos de azar e revoga alguns Decretos-Lei que tratam desse assunto¹³³, aquele se tratando do PL 8972/2017, que foca em revogar o Decreto-Lei 9.215/66 e voltar a permitir os cassinos em nosso território¹³⁴.

O PL 442 de 21 de março de 1991, de autoria do ex-deputado Renato Vianna, é um dos mais importantes dentre os que tentam regularizar os jogos, não tanto por sua matéria, a qual quer desqualificar o jogo do bicho como contravenção penal, revogando os dispositivos que a criminalizam no Decreto-Lei nº 3.688 de 1941¹³⁵, mas por ser o Projeto de Lei pioneiro nessa nova era de deputados tentando legalizar o jogo, sendo o PL de destaque no Marco Regulatório dos Jogos no Brasil.

Por fim, temos o Projeto de Lei de maior repercussão no momento, o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2014. De autoria do senador Ciro Nogueira, do PP/PI, esse PL é o mais completo de todos que estão atualmente em tramitação. Em seu texto, aborda diversos aspectos muito importantes para o mundo jurídico, tais como a definição do jogo de azar e abrange todo o processo necessário para a implantação dessa indústria bilionária em nosso território. Dispõe desde a exploração propriamente dita, até os detalhes mais técnicos como o modo da

¹³¹ BRASIL. Projeto de Lei nº 9192, de 28 de novembro de 2017. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1626425&filename=PL+9192/2017>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹³² BRASIL. Projeto de Lei nº 3096, de 23 de setembro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389890&filename=PL+3096/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹³³ BRASIL. Projeto de Lei nº 1471, de 08 de maio de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1331468&filename=PL+1471/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹³⁴ BRASIL. Projeto de Lei nº 8972, de 31 de outubro de 2017. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1616312&filename=PL+8972/2017>. Acesso em: 22 jun. 2019

¹³⁵ BRASIL. Projeto de Lei nº 442, de 21 de março de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01MA11991.pdf#page=43>>. Acesso em: 22 jun. 2019

exploração, quem ficará responsável por autorizar os estabelecimentos, onde poderão se localizar os cassinos e casas de jogos, para onde serão destinados os recursos provenientes deles, além de se preocupa em deixar estabelecido quais são os crimes e suas respectivas punições para as pessoas que descumprirem as leis¹³⁶.

¹³⁶ BRASIL. Projeto de Lei nº 186, de 22 de maio de 2014.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a apresentar motivos que levassem a compreender a necessidade de uma atualização na nossa lei e de revogação do Decreto-Lei 9.215 de 1946, pois a época que foi editada não condiz mais com a sociedade contemporânea brasileira.

Ao analisar os motivos explicados no teor do Decreto para a proibição total dos jogos de azar no território nacional, tais como o jogo do bicho, bingos e cassinos, não ocorre presença de nenhuma explicação jurídica, ficando apenas a justificativa de não condizer com moral e bons costumes, sem definir esses termos previamente ou posteriormente.

Outro ponto que vale a pena destacar é que em continuação do DL 9.215, é utilizado o argumento de ser objetivo mundial combater a prática das atividades em questão. Foram apresentados dados de diversos institutos nacionais e internacionais que comprovam que esse argumento não poderia estar mais longe da verdade, pois quase a totalidade dos países que não tem a religião islâmica como principal, e alguns que tem, tem legalizado os jogos com suas especificações e tributações diferentes, mas com o mesmo resultado, dinheiro e emprego para suas respectivas sociedades.

O Estado brasileiro é laico, conforme nossa Constituição Federal, sendo assim, é inadmissível que o povo seja prejudicado em oportunidades de emprego que existem nessa imensa indústria e que seja privado do dinheiro o qual seria arrecadado para os cofres públicos e convertido na melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade, devido a um pensamento retrógado e preconceituoso de uma parcela do Congresso Nacional.

Apesar das grandes potencias terem realidades diferentes do Brasil e estarem em um nível de arrecadação muito superior ao que as pesquisas apontam que acontecerá no nosso país com a legalização, foram apresentados dados de países com realidade semelhante a nossa, podendo ser observado claramente os benefícios decorrentes da legalização e manutenção das leis sobre a exploração dos jogos de azar, independente se são explorados pelo Estado ou particulares.

Ao analisar a realidade brasileira foi possível observar quantas pessoas se submetem a trabalhar e jogar de forma clandestina, prejudicando a tudo e todos, pois as pessoas não possuem direitos e garantias em seus trabalhos e o Estado

além de não ganhar nada com a prática do jogo ilegal, ainda despende recursos no combate a ele, o qual é ineficaz devido a proporção que os jogos possuem em nosso país.

Os Projetos de Lei mostram que existem legisladores que estão começando a perceber que a realidade do Brasil não está mais condizente com a atual legislação, mas infelizmente nem todos ainda tem o pensamento dessa maneira, fazendo com que os projetos fiquem longe de serem aprovados para o benefício da população.

Finalizando, o objetivo do trabalho foi concluído, os dados apresentados, tanto os da realidade dos jogos no Brasil como os do impacto dos jogos na América do Sul e demais países, confirmam a tese de ineficácia do Decreto-Lei 9.215/66, pois além de estar desatualizada e seu objetivo ser ineficaz em nossa sociedade contemporânea, seus artigos acabam por gerar prejuízo tanto no aspecto econômico quanto no aspecto social do povo brasileiro, o qual muitas vezes não possui o conhecimento para reclamar com seus eleitos e cobrar mudanças que tragam benefícios para todos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Waldyr de. O submundo do jogo de azar, prostituição e vadiagem: (aspectos jurídicos, sociais e psicológicos). 2.ed. rev. atual.e ampl. Rio de Janeiro,1984

Alisson Pereira é o campeão do ranking da WSOP Circuit Brazil – Rio 2018. **WSOP**, Brasil. Disponível em:< <https://www.wsop.com.br/alisson-pereira-e-o-campeao-do-ranking-da-wsop-circuit-brazil-rio-2018/>>. Acesso em 16 abr. 2019.

BRANDÃO, Matos. **A Polícia e a força policial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1212, de 06 de junho de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14DEZ1993.pdf#page=23>>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 1176, de 25 de junho de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/montaPdf.asp?narquivo=DCD14DEZ1993.pdf&npagina=26>>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 1101, de 23 de maio de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14DEZ1993.pdf#page=18>>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 2826, de 18 de fevereiro de 2008. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14DEZ1993.pdf#page=18>>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 6020, de 10 de setembro de 2009. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=689040&filename=PL+6020/2009>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 6405, de 11 de novembro de 2009. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=713215&filename=PL+6405/2009>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 4062, de 13 de junho de 2012. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001816&filename=PL+4062/2012>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 530, de 06 de fevereiro de 2019. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1001816&filename=PL+4062/2012>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 2903, de 03 de setembro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1381315&filename=PL+2903/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 3090, de 23 de setembro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389748&filename=PL+3090/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 3815, de 02 de dezembro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389748&filename=PL+3090/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3420, de 27 de outubro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1404786&filename=PL+3420/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 4065, de 16 de dezembro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1424758&filename=PL+4065/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 3554, de 10 de novembro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1410450&filename=PL+3554/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 9192, de 28 de novembro de 2017. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1626425&filename=PL+9192/2017>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 3096, de 23 de setembro de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389890&filename=PL+3096/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 1471, de 08 de maio de 2015. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1331468&filename=PL+1471/2015>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 8972, de 31 de outubro de 2017. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1616312&filename=PL+8972/2017>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 442, de 21 de março de 1991. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01MAI1991.pdf#page=43>>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL. Projeto de Lei nº 186, de 22 de maio de 2014.

BRASIL. Decreto Nº 847 de 11 de outubro de 1890 – Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL, Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro 1941.

Brasil, Decreto-Lei nº 4.866, de 23 de outubro de 1942.

Brasil, Decreto-Lei nº 241, de 4 de fevereiro de 1938.

Brasil, Decreto-Lei Nº 9.215, de 30 de abril de 1946.

Brasil. Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.

Brasil. Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.

Brasil, Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993.

Brasil completa hoje 73 anos de fechamentos dos cassinos. **BNLData**, Brasil, 30 abr. 2019. Disponível em:< <http://www.bnldata.com.br/brasil-completa-hoje-73-anos-de-fechamento-dos-cassinos/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

FRAGOSO, Heleno Claudio. **Lições de Direito Penal: Parte Geral**. 16 ed. 2 tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MÉDICI, Sérgio Oliveira de. **Contravenções Penais. Doutrina; Jurisprudência; legislação; prática**. 4ª ed. São Paulo: Edipro, 1991.

FILHO, Luis Carlos Prestes, **Teoria das probabilidades no jogo, na ciência e nas políticas públicas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

BRASIL, Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

LOCATELLI, Paulo Antônio. Breve Histórico sobre os Bingos e Caça-níqueis no Brasil, 2011.

Jogo Legal, ganham Estado e sociedade. **Instituto Jogo Legal**, Brasil. Disponível em:<<http://www.institutojogolegal.com.br/Home/Conteudo/NossaCausa>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

O Brasil e o jogo ilegal. **II Seminário Internacional de Loterias – Desafiando o Contexto**, Mar del Plata, mar. 2014.

GINAR's Global Online Gambling Market Research 2018. **Medium**, Estados Unidos, 02 out. 2018. Disponível em:< <https://medium.com/ginar-io/ginars-global-online-gambling-market-research-2018-a9f0450c16cd>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Top 100 Countries/Markets by Game Revenues. **Medium**, Estados Unidos, jun. 2019. Disponível em:<<https://newzoo.com/insights/rankings/top-100-countries-by-game-revenues/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

South America Special. **G3 Newswire**, Reino Unido, set. 2013. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2013/09/G3-SA-Special.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

PHIL. Uruguay - Gaming in Uruguay on the rise in 2017. **G3 Newswire**, Reino Unido, 15 fev. 2018. Disponível em:< <https://g3newswire.com/uruguay-gaming-uruguay-rise-2017/#>>. Acesso em: 30 abr 2019.

South America Special. **G3 Newswire**, set. 2013. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2013/09/G3-SA-Special.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

PHIL. Chile - New guidelines in Chile to define gambling machines. **G3 Newswire**, Reino Unido, 6 jan 2017. Disponível em:<<https://g3newswire.com/chile-new-guidelines-chile-define-gambling-machines/#>>. Acesso em: 02 maio 2019.

Jogo no Peru é um modelo a ser observado pelo Brasil. **BNL**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Disponível em:< <http://www.bnldata.com.br/jogo-no-peru-e-um-modelo-ser-observado-pelo-brasil/>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

South America Special. **G3 Newswire**, Reino Unido. set. 2013. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2013/09/G3-SA-Special.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

National Economic Impact of the U.S. Gaming Industry. **American Gaming Association**, Estados Unidos, 1 jun. 2018. Disponível em:<<https://www.americangaming.org/resources/economic-impact-of-the-u-s-gaming-industry-2/>>. Acesso em: 5 maio 2019.

Economic Impact of the U.S. Gaming Industry. **American Gaming Association**, Estados Unidos, 1 jun. 2018. Disponível em:<<https://www.americangaming.org/wp-content/uploads/2018/06/OE-AGA-Economic-Impact-US-2018-June.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2019

U.S. Casino Gaming's Local Economic Impacts. **American Gaming Association**, Estados Unidos, 1 mar. 2019. Disponível em:<<https://www.americangaming.org/resources/u-s-casino-gamings-local-economic-impacts/>>. Acesso em: 5 maio 2019

PHIL. US – US commercial casino industry reaches all-time high of \$41.7bn. **G3 Newswire**, Reino Unido, 11 jun. 2019. Disponível em:<<https://g3newswire.com/us-us-commercial-casino-industry-reaches-all-time-high-of-41-7bn/#>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Gaming by the numbers Gaming's National Impact. **American Gaming Association**, Estados Unidos, 1 mar. 2019. Disponível em:<https://www.americangaming.org/wp-content/uploads/2019/03/AGA-States-Gaming-By-the-Numbers_March2019.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2019.

Calm before the storm. **G3 Newswire**, Reino Unido, ago. 2017. Disponível em:<<https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2018/02/G3Aug17Germany.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019

Gambling Law of Chinese Mainland. **Online Betting**, Estados Unidos. Disponível em:<<https://www.onlinebetting.com/legal/china/>>. Acesso em: 12 maio 2019

Don't bet on legalized gambling coming to mainland China any time soon. **South China Morning Post**, China, 23 ago. 2018. Disponível em:<<https://www.scmp.com/news/china/economy/article/2160910/dont-bet-legalised-gambling-coming-mainland-china-any-time-soon>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

ROTENBERG, Alex. Golden Opportunities. **G3 Newswire**, Reino Unido, mar. 2012. Disponível em: <https://g3newswire.com/wp-content/uploads/2012/04/CasinoTourism-March12.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019

Gambling Laws in China. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/china/>>. Acesso em: 12 maio 2019

Hong Kong Gambling Laws. **Online Betting**, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.onlinebetting.com/legal/hong-kong/>>. Acesso em: 12 maio 2019

Awards & Achievements. **The Hong Kong Jockey Club**, Hong Kong. Disponível em: https://corporate.hkjc.com/corporate/english/who-we-are/awards-and-achievements.aspx#bottom_nav_home>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Gambling Laws in Hong Kong. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/hong-kong/>>. Acesso em: 12 maio 2019

Online Gambling Laws for Macau and Cultures. **Online Betting**, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.onlinebetting.com/legal/macau/>>. Acesso em: 12 maio 2019

Gambling Laws in China. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/china/>>. Acesso em: 12 maio 2019

Gambling in Macau: Laws, History and Where to Gamble Online. **Gambling Sites**, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.gamblingsites.com/online-gambling-jurisdictions/macau/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

PEREIRA, Alexandre. **Casino Gaming Law in Macau**.

PHIL. China – Trade War continues to weigh Macau down despite growth. **G3 Newswire**, Reino Unido, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://g3newswire.com/50002-2/#>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MORRIS, Amanda Zoe; BARROSO, Lucas Abreu. **Direito dos Contratos**. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2008.

DUARTE, David. **Loterias e jogos de azar no Brasil: legalidade e ilegalidade**. Revista de Direito da ADVOCEF. Londrina, ADVOCEF, v.1, n.5, 2007.

Repasses Sociais. **Caixa Econômica Federal**, Brasil, 2018. Disponível em:<http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-loterias/Repasses_sociais-loterias-2018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Obras Sociais. **Loterj**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.loterj.rj.gov.br/obras-sociais.php>>. Acesso em: 28 maio 2019

Loteria do Estado do Rio Grande do Sul – Lotergs. **BNLData**, Brasil, 06 set. 2002. Disponível em: <<http://www.bnldata.com.br/loteria-do-estado-do-rio-grande-do-sul-lotergs/>>. Acesso em: 28 maio 2019.

JESUS, Damásio E. de. **Lei das Contravenções Penais Anotada**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Damatta, Roberto; SOAREZ, Elena. **Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FILHO, Luis Carlos Prestes, **Teoria das probabilidades no jogo, na ciência e nas políticas públicas**.1.ed. – Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

Jogo Legal, ganham Estado e sociedade. **Instituto Jogo Legal**, Brasil. Disponível em:<<http://www.institutojogolegal.com.br/Home/Conteudo/NossaCausa>> Acesso em: 12 maio 2019

II Seminário Internacional de Loterias. Desafiando o contexto. **Instituto do Jogo Legal**, Mar Del Plata, Argentina, 2014. Disponível em:<<http://www.institutojogolegal.com.br/Home/Biblioteca>>. Acesso em: 18 maio 2019.

MORRIS, Amanda Zoe; BARROSO, Lucas Abreu. **Direito dos contratos**.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Maior torneio de poker da história no Brasil pagará quase R\$ 10 milhões. **Gazeta do Povo**, Brasil, 06 dez. 2018. Disponível em:<<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/resenha-do-poker/maior-torneio-de-poker-10-milhoes/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

Seabra, Mário; Moliterno, Sérgio. História dos Dados.Os Melhores Jogos do Mundo, 1978

TJRS. Mandado de Segurança nº 70025424086, de Porto Alegre, Primeira Câmara Cível, rel. Des. *Irineu Mariani*, j. 17.12.2008

TJSP. Ação Penal nº 0000854-25.2014.8.26.0415, de São Paulo, Comarca de Palmital, Foro de Palmital, Primeira Vara, rel. MM. Juiz de Direito Dr. Victor Garms Gonçalves, 07.02.2018.

WAI-MING, Yap; PAN, Cindy. Gaming in China: overview. **Thomson Reuters**, Reino Unido, 01 fev. 2018. Disponível em:<[https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-635-9387?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a268759](https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/5-635-9387?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&firstPage=true&bhcp=1#co_anchor_a268759)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

WESTIN, Ricardo. Por 'moral e bons costumes', há 70 anos Dutra decretava o fim dos cassinos no Brasil. **Senado Notícias**, Brasil, 12 fev. 2016. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/12/por-201cmoral-e-bons-costumes201d-ha-70-anos-dutra-decretava-fim-dos-cassinos-no-brasil>>.

Acesso em: 12 abr. 2019.